

O VERBO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL BRASILEIRA

THE VERB IN THE BRAZILIAN GRAMMATICAL TRADITION

Leonor Lopes Fávero

Universidade de São Paulo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CNPq

lplfavelo@uol.com.br

RESUMO:

O trabalho examina o verbo na produção gramatical brasileira do século XIX, à luz da História das Idéias Lingüísticas, lembrando que pesquisadores, apesar da dificuldade ou mesmo impossibilidade de uma partição rígida, reconhecem dois momentos na produção gramatical brasileira do século: um sob a égide da gramática geral e filosófica e outro, a partir de 1881, com a publicação da *Gramática portuguesa* de Júlio Ribeiro. Ao final do trabalho podemos dizer que as obras publicadas até 1881 foram marcadas exclusivamente pelos pressupostos da gramática geral e filosófica e , no caso de nosso objeto de análise – o verbo – predominantemente, pela utilização de critérios semânticos.

PALAVRAS-CHAVE:

Gramáticas - Século XIX - Verbo

ABSTRACT:

This paper examines the verb in the 19th century Brazilian grammatical production, based on the thesis of the History of Linguistic Ideas. It must be pointed that, despite the difficulty or even impossibility of a rigid partition, we may recognize two moments in Brazilian grammatical production of the century: the first under the aegis of general and philosophical grammar and the second, from 1881 on, illuminated by the publication of Julio Ribeiro's *Portuguese grammar*. The paper concludes that the works that have been published until 1881 were only marked by the assumptions of general and philosophical gram-

mar and, in the case of our object of analysis - the verb - predominantly by the use of semantic criteria .

KEY-WORDS:

Grammars - Nineteenth Century - Verbs

Preliminares

O verbo é um dos elementos mais complexos e mais difíceis, “ o mais difícil”, no dizer de Rask (1824), na constituição das línguas, tendo sido estudado sob diferentes perspectivas. Propomo-nos, neste trabalho a examinar como esse elemento foi visto pelos gramáticos brasileiros, no século XIX, à luz da História das Idéias Lingüísticas.

O procedimento metodológico utilizado consiste em examinar as ideias predominantes acerca dessa classe gramatical, como o conceito e as mudanças por que passou ao longo do século, mas para que chegássemos a este período, traçamos um breve histórico dessa classe gramatical, começando na Antiguidade Clássica.

Lembremo-nos de que pesquisadores como Elia (1975) Guimarães (1996), Cavaliere (2002) e Fávero e Molina (2006) , apesar da complexidade ou mesmo impossibilidade de uma partição rígida dos estudos gramaticais, reconhecem dois momentos na produção gramatical do século: um sob a égide da gramática geral e filosófica e outro sob a égide das correntes “científicas” com a *Gramática portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881), divisora de águas (embora se afirme não ter sido ele o precursor, indubitavelmente o mais citado por seus contemporâneos e o que de fato penetrou nos bancos escolares do Brasil).

Como afirma Zamorano Aguilar (2002, p. 216) “a escolha de um corpus é sempre uma tarefa complexa e altamente subjetiva”. O grupo de textos selecionados é variado, englobando diferentes correntes lógico-filosófica, tradicional, etc e também obras teóricas e didáticas.

1. Antecedentes

É sobejamente conhecido que as reflexões lingüísticas na Grécia Antiga se produzem juntamente com a filosofia, sendo a gramática a segunda grande revolução tecnológica da humanidade (Auroux, 1992).

No dizer de Neves (1987, p.107), “A grammatiké dos filósofos não é a gramática no sentido comum tradicional. A grammatiké que corresponde ao

que comumente se chama gramática é instrumento de cultivo e preservação da cultura helenística”.

Foi Dionísio da Trácia (I a.C.) o organizador e primeiro autor de uma gramática na Antiguidade – *Técne grammatiké*- editada pela primeira vez em 1715 e cuja influência pode ser observada até hoje em muitas obras do Ocidente. Segundo Robins (1983) a gramática é, para ele “ o conhecimento prático do uso lingüístico comum a poetas e prosadores”. Observe-se que ela é prática e não especulativa. Distingue oito partes do discurso: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção.

O verbo é a palavra indeclinável que indica o tempo, a pessoa, o número e com significado de ação e paixão. É a parte mais importante da oração, constatação existente até hoje. Note-se que se trata de uma conceituação semântico-formal. O particípio constitui classe à parte, não sendo nem nome nem verbo, mas participa dos dois. O verbo consta de cinco acidentes, cinco *parepómēna*, como ele mesmo diz: modo, voz, número, pessoa tempo e conjugação. Dentro dos modos distingue: indicativo, imperativo, optativo subjuntivo e infinitivo. Como assinala Zamorano Aguilar (2001, p.83) esta classificação dos modos como categorias morfossemânticas tem origem nos gramáticos alexandrinos

Por sua vez Apolônio Discolo (primeira metade do II século d.C.) diz que o verbo é o que acrescenta a sua própria significação a do tempo, isto é, é uma voz composta que exprime o tempo e que por si não tem nenhuma parte que tenha significação. Reconhece os mesmos cinco modos que aparecem em Dionísio: infinitivo, indicativo, subjuntivo, imperativo e optativo. Zamorano Aguilar (2001, p.83), considera ser o modo um dos acidentes exclusivos do verbo e se define por ser um disposição mental. E o infinitivo é “ um modo general que abarca a todos los demás...característica destacada por multitud de gramáticos contemporâneos (ibid).”.

Em Roma, a obra de Donato (século IV d.C.) - *orationis ars minor* (ou *Ars Grammatica*) - tem caráter didático, foi muito utilizada nas escolas medievais e, segundo Tusón (1982, p.34), “no supuso avance alguno para los estudios gramaticales”. Donato diz que o verbo tem tempo e pessoa.

Já Prisciano (século V . C.), fiel seguidor de Dionísio e autor das *Institutiones grammaticae* representou um marco na cultura ocidental.

Em sua obra há freqüentes referências aos gramáticos gregos e latinos, Dionísio, Apolônio Discolo, Varrão, Donato e Quintiliano denominados por ele *vetustissimi graecorum gramamatici*. Parte da obra (dos dezoito livros das *Institutiones Grammaticae* quinze são dedicados á morfologia). Os livros II a XVI são dedicados às partes da oração e seus acidentes : nome, verbo,

particípio, pronome, preposição, advérbio, interjeição e conjunção. O critério para estabelecer essas partes é semântico, pois diz só ser possível fazê-lo se considerarmos as propriedades significativas de cada uma. “*Verbum est pars orationis cum temporibus et modis, sine casu, agendi vel patiendi significativum*”, afirma ele.

E Nebrija, em 1492, vai, literalmente, recorrer a Prisciano: “*Quid est verbum? Pars orationis declinabilis cum modis et temporibus sine casu agendi vel patiendi significativa*” A propósito, assim se expressa Zamorano Aguilar (2002,p.212): “Ésta es una de las razones por las que en la tradición posterior a Nebrija, autoridad indiscutible, el critério semântico-(formal) tiene una gran fuerza, como axioma teórico”.

Outro nome a ser lembrado é Francisco Sánchez de lãs Brozas, com a obra *Minerva seu de latinae linguae causis et elegantia* (1587). É um trabalho teórico sobre a noção de gramaticalidade confuso ainda em Prisciano, mas já trabalhado por Scaliger (1540) e Ramus (1562), e agora posta de modo claro : o uso (*usus*) e a razão (*ratio*) não devem ser confundidos. A razão se põe em primeiro lugar e não aceita nenhum princípio gramatical que não esteja baseado nela: “*Usus porro sine ratione non movetur, alioqui abusus, non usus, discendus erit. Auctoritas vero ab usu sumpti incrementum; non si ab usu recedat, auctoritas nulla est*”.(Minerva,1,p,1)

O objetivo principal da obra é descobrir as estruturas lógicas (*causae*) bem como as regras internas e os primeiros princípios (*rationis vera principia*) da língua latina. A gramática, desde que submetida às leis da lógica, precisa ser a mesma para todas as línguas e, embora centrado explicitamente no latim, Sánchez faz referências freqüentes a outras línguas. Em Portugal, a obra de Roboredo (1619) constitui um esforço para o estabelecimento de princípios gerais a todas as línguas.

Sánchez substitui a antiga definição de gramática “*ars recte loquendi*” por “*ars recte loquendi cuius finis est congruens oratio*”, isto é, a oração e a unidade básica de análise, excluindo, assim, o significado léxico. A divisão da gramática em quatro partes vem desde o período medieval (talvez desde Prisciano que foi o primeiro a reconhecer a existência de uma sintaxe que é o estudo “da disposição que visa à obtenção da oração perfeita”: ortografia, etimologia, sintaxe e prosódia, divisão essa que permanece por muito tempo, pois ainda se encontra em fins do século XVIII, por exemplo, em Soares Barbosa.

As partes da oração são três: *nomen*, *verbum* e *partículas*, que são as três invariáveis: preposição, advérbio e conjunção. A interjeição não constitui parte da oração. Sobre o verbo, Sánchez assim se expressa: “*Verbum est vox parti-*

ceps numeri personalis cum tempore. Haec difinitio vera est perfecta, reliquae omnes grammaticorum ineptae (I, p.12)”.

As pessoas são somente as do verbo – “nomina enim persona non habent, sed sunt alicuius personae verbalis” (1, p.12), isto é, acompanham sempre a terceira pessoa do verbo, com exceção de eu e tu ; o vocativo não é de segunda pessoa. Benveniste tem uma solução parecida: a terceira pessoa é a forma verbal que tem por função expressar a não-pessoa (1966, p.247-257).

Como decorrência do fato de acreditar que a pessoa gramatical está no verbo e não no nome, não aceita que os verbos possam ser impessoais. Todos esses verbos, inclusive os que indicam fenômenos meteorológicos têm sujeito elíptico. Os impessoais são os que não têm pessoa, isto é, os verbos na sua forma infinitiva. Quanto aos modos verbais diz que eles não são necessários.

Na mesma linha de Sánchez é publicada em 1660 a *Grammaire générale et raisonnée* (aqui abreviada *Grammaire*), obra que vai influenciar sobremaneira os gramáticos portugueses que a sucederam e os brasileiros da primeira metade do século XIX. De autoria de Claude Lancelot, gramático e autor de livros didáticos sobre latim, grego, italiano, espanhol e Antoine Arnauld, teólogo e lógico é indissociável da obra *La logique ou l'art de penser* do mesmo Antoine Arnauld e Pierre Nicole, publicada dois anos depois, que consiste indubitavelmente na maior expressão do racionalismo do século XVII.

Seus autores, jansenistas, estavam ligados à confraria dos Solitários de Port-Royal des Champs, famosa e influente abadia, em Paris, e dedicavam-se a trabalhos lingüísticos e lógicos e ao ensino.

A *Grammaire* está dividida em duas partes:

- estudo das letras (sons) e dos caracteres da escrita (prosódia e ortografia) – caps I a VI

- estudo dos “princípios e das razões sobre os quais se apoiam as diferentes formas de significação das palavras” – caps.I a XXIV

Trata nesta segunda parte principalmente da morfologia; à sintaxe é dedicado o capítulo XXIV. Como diz Sánchez: “La sintaxis es el fin de la gramática, por tanto no es parte de ella” (Minerva, 1,2,p.48).

Aceita como axioma a relação língua-pensamento, relação essa unilateral: o nível do pensamento é prioritário e três são suas operações: conceber, julgar e raciocinar. As partes do discurso ligadas ao julgar são as classes que significam a forma do pensamento: o verbo, a conjunção e a interjeição. (FÁVERO, 1996).

Ao examinar o verbo, a *Grammaire* detém-se nas conceituações apresentadas por Aristóteles (cf. *Organon* e *Poética*): “Vox significans cum tempore”; Scaliger(cf. De causis linguae latinae, 1540): “les choses qui passent” e outros

para concluir que todas essas conceituações são insuficientes porque não se dão conta da verdadeira natureza do verbo. Propõe:

... ce que l'on appelle verbe qui n'est rien qu'un mot dont le principal usage est de signifier l'affirmation, c'est-à-dire, de marquer que Le discours ou ce mot est employé, est Le discours d'un homme que ni conçoit pas seulement les choses, mais qui en juge et qui les affirme (Grammaire, II, 13 ,p.66).

Então o verbo não pode ser senão (repetindo): “ um mot don't le principal usage est de signifier l'affirmation” (Grammaire, II,13, p.66), já que o ato de julgar consiste na afirmação (operação mais importante do pensamento) da ligação entre dois termos: sujeito e atributo; a função principal do verbo é realizar esta união.

Aqui está o reconhecimento das duas funções do verbo:

interna - sintático-semântica

externa - performativa e pragmática

O que exprime a afirmação é o verbo ser – o verbo substantivo - na forma *é*, sem indicação de pessoa ou tempo. Ele marca a afirmação de um determinado conteúdo proposicional e não pode ser negado.

O que acrescenta à afirmação da idéia de um atributo chama-se verbo adjetivo ,aso do verbo ser quando significa existir. Assim o verbo *être* e os verbos adjetivos opõem-se porque estes últimos, além de estabelecer a ligação sujeito-predicado, têm uma idéia atributiva, isto é, sua significação lexical, como *vivre = être vivant*.

Há uma relação com as propostas de Sánchez para o *verbum substantivum*: a raiz de todo o verbo é o verbo substantivo. Como explicar, então, a diversidade dos verbos? Pela tendência natural dos homens em abreviar suas expressões; foi assim que à afirmação se juntaram o atributo, a pessoa, o número e o tempo.

Quanto à pessoa, o verbo está na primeira pessoa quando o sujeito fala de si mesmo; na segunda, quando nomeia o interlocutor e na terceira, quando pode referir-se às pessoas ou às coisas e exprime essencialmente a afirmação; *ela* opõe-se a *eu-tu* e é índice da ausência dessas duas. Observe-se que bem antes de Benveniste (1966) a Grammaire afirma que a terceira pessoa significa a ausência das outras duas.

Quanto aos modos, Arnauld e Lancelot relacionam as afirmações como simples (*il aime, il aimait*) e condicionadas e modificadas (*quoiqu'il aimait, quand il aimerait*). O indicativo exprime as primeiras e o subjuntivo, as outras.

Além da afirmação, há ainda a expressão da vontade, que pode apresentar-se sob as formas de:

| | |
|-----------|-------------------|
| desejo | - modo optativo |
| concessão | - modo concessivo |
| ordem | - modo imperativo |

Como se pode observar, Arnauld e Lancelot recorrem a critérios semânticos, mas, como diz Swiggers (1986, p 19-20) “*même si la classification est formulée en termes sémantiques, confirme l’intrusion de la syntaxe dans la morphologie*”.

Em Portugal o principal representante dessa verdadeira renovação filosófica é Jerônimo Soares Barbosa, de cuja obra passaremos a tratar.

Soares Barbosa dedica ao verbo aproximadamente cem páginas de sua gramática, revelando a importância que lhe atribui. Define-o¹ como:

Uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito debaixo de todas suas relações pessoais e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com outro, por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir (p.132).

Sua definição, além de englobar o essencial (“uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com seu sujeito”) indica também para pessoa, número, modo, tempo e aspecto. Distingue, como a *Grammaire*, duas classes fundamentais: o verbo substantivo e o verbo adjetivo, acrescentando, porém, uma terceira: o verbo auxiliar: “O verbo substantivo é o único verbo em que por última análise vêm a reduzir-se todos os verbos adjetivos os quais lhe não acrescentam outra coisa mais do que a idéia do atributo”. (p.132)

Aproxima-se da visão de Port-Royal, embora estabelecendo que a afirmação é própria do indicativo e não do verbo em geral: “A essência do verbo ser não consiste na afirmação como muito gramáticos pretendem. Sua forma infinitiva, que é a primitiva, nada afirma [...] A afirmação é o caráter do modo indicativo, e não do verbo substantivo em geral”. (p. 133).

O verbo ser pode ser considerado indispensável, segundo ele, em termos filosóficos, porém não em termos gramaticais, pois, por ser um elemento de segundo plano, facilmente se subentende.

¹ Nas citações, atualizamos a ortografia.

O verbo adjetivo é formado pela terminação *ae*, *er*, *ir* e o radical, isto é, admite três conjugações. É uma síntese da forma analítica *ser+adjetivo* e, como mais um argumento para provar sua afirmação, serve-se da voz passiva:

ser amado = ser amante=amar

haver se ser amante = haver de amar

ser amante = amo

quer dizer, trocando-se o particípio pelo adjetivo verbal latino tem-se a voz ativa.

Quanto à questão dos chamados verbos impessoais, aceita para eles um sujeito, já que “a oração tem necessariamente três termos” (baseando-se na proposição do tipo lógico). (p. 255) Assim não fala da inexistência do sujeito.

Quanto aos modos, como já vimos, a *Grammaire de Port-Royal* diz que o indicativo é o modo da afirmação simples e o subjuntivo, da afirmação condicionada e modificada. Além dos modos da afirmação há os modos da vontade: optativo, concessivo e imperativo; o infinitivo pode ter o valor de um verbo (*scio malum esse fugiendum*) ou de um substantivo (*le manger*).

Soares Barbosa conceitua modo como “as diferentes maneiras de enunciar a coexistência do atributo no sujeito da proposição” (p.138), conceituação essa decorrente de sua visão de verbo como existência e são três os modos: indicativo, subjuntivo e infinitivo e aí Soares Barbosa se mostra um pedagogo e não um lógico: “Eu, porém creio que o melhor sistema dos modos e tempos do verbo é o mais simples e que a não se assentar no verdadeiro, sempre deve ter preferência aquele que por caminho mais breve e plano chega ao mesmo fim”. (p. 138)

O modo subjuntivo é o modo da dependência: “não pode figurar só no discurso sem dependência de outra oração clara ou oculta, a que fique subordinada sempre...”. (p. 139).

A análise do modo subjuntivo na oração dependente é bastante atual, pois considera ser o modo determinado pelo conteúdo semântico do verbo da oração matriz; assim, no caso de verbos interpretativos (julgamento, volição, sentimento), ter-se-á o subjuntivo na subordinada: “Duvido que venham. Temo que não venham”. Já os verbos de atitude não-interpretativa (asseveração, certeza) pedem o indicativo: “Julgo que virá. Sei que vem” (p.253).

2. O verbo nas gramáticas brasileiras do século XIX

No Brasil, no início do século XIX, as obras ancoravam-se na tradição da gramática geral e filosófica e Moraes e Silva (*Epítome da gramática portuguesa*, 1806/1813) define o verbo como “a palavra com que declaramos o

que a alma *julga ou quer* a cerca dos sujeitos e dos atributos das sentenças; com ele *afirmamos e mandamos*; v.g. Eu sou amante; o pomo é doce”. (p.XV)

Assim admite dois modos verbais: o *indicativo ou mostrador* e o *imperativo ou mandativo*. Segue aqui a *Grammaire* de Port-Royal para a qual, como diz |Kristeva, “o verbo é o que afirma, e já não o que narra o tempo (como oera para Aristóteles) ou a duração (como o era para Scalinger). Por outras palavras, qualquer verbo comporta implicitamente o sema *é* ou qualquer verbo é em primeiro lugar o verbo *ser*” (1969, p.95).

Distingue, como Port-Royal, duas classes fundamentais de verbos:

- o verbo adjetivo
- o verbo substantivo

O verbo substantivo (*ser*) assim é chamado “porque a ele se juntam todos os atributivos. E ainda nomes usados compreensivamente ou atributivamente, v.g., *ser amado, ferido, amante*” (p.XIX).

O verbo *ser* pode ser considerado indispensável, em termos filosóficos, não, porém em termos gramaticais, porque pode estar subentendido.

O verbo adjetivo é formado pela terminação *ar, er, ir e or* (quatro conjugações) e não aceita a existência dos verbos impessoais – *trovejar, chover*, por exemplo são defectivos, já que concebe a oração como sujeito, verbo e atributo.

Como se pôde ver, na obra, o tratamento dado ao verbo insere-se na linha da gramática filosófica.

Antônio Pereira Coruja com a obra *Compêndio de gramática da língua nacional*, publicada em 1835, insere-se na mesma linha, seguindo os princípios da gramática geral e filosófica.

Inicia a obra conceituando Gramática: *é uma arte que ensina a declarar os nossos pensamentos por meio de palavras (p.1)*. A definição de gramática com arte remonta à Antiguidade Clássica. Fávero (2001, p.61) ensina:

Ars é tradução do grego. Aristóteles na *Metafísica* atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo; artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelos efeitos, não pelas causas. Dionísio chamou sua obra de arte gramatical por não ser ela especulativa e sim prática (...) A Gramática, a Retórica, a Poética, a Lógica, a Geometria, a Aritmética e a Astronomia são artes; a Matemática e a Física não o são, pois seu objeto é o necessário e elas não são instrumentais(...)

Essa conceituação de gramática atravessou séculos tendo sido abandonada somente no final do século XIX, com o desenvolvimento das ciências em geral

e das ciências da linguagem, em especial. Nas obras do século anterior, por exemplo, na *Gramática Filosófica* de Soares Barbosa, pode-se ler: “A Gramática pois, que não é outra coisa, segundo temos visto, senão a Arte, que ensina a pronunciar, escrever e falar corretamente qualquer língua”. (p.XI)

Explica que as palavras que compõem a oração podem ser de dez espécies o que nos remete às dez categorias de pensamento sugeridas por Aristóteles, na *Metafísica*; observe-se, também, as obras do século XVIII, calcadas no modelo latino, desconsideravam o artigo e o adjetivo e/ou o pronome chegando a oito classes. E o autor já os considera como classes gramaticais distintas do nome substantivo.

Coruja dá especial destaque em sua obra ao verbo, assim definido por ele:” Verbo é a palavra com que na oração significamos a ação, afirmando uma coisa de outra” (p. 15) Depois explica que, quanto à significação, o verbo pode ser ativo (de significação transitiva)ou neutro (intransitivo)e passivo (cuja ação é sofrida pelo sujeito);quanto à conjugação inscreve-o em regulares e irregulares. Em nota, sublinha, seguindo os passos de Arnauld e Lancelot na *Grammaire* e de outras obras que navegaram por séculos nessas mesmas águas como a de Soares Barbosa:

O único e principal verbo (essencialmente falando) é o verbo SER, por excelência chamado substantivo, porque ele só é quem exprime a existência de uma qualidade ou atributo no sujeito da oração: os outros verbos se chamam adjetivos, porque não sendo uma redução ou expressão abreviada da linguagem substantiva, por ela afirmam ação (se são ativos) ou estado (se são neutros) “ (p. 15).

Quanto aos modos verbais considera o indicativo, o imperativo, o conjuntivo e o infinitivo.

Outro nome a ser lembrado é o de Francisco Sotero dos Reis autor da *Gramática portuguesa*. (Há discordância na data da primeira edição da obra. Sílvio Elia traz o ano de 1866, já Antenor Nascentes, o de 1865). No capítulo introdutório traz a divisão da gramática em Gramática geral e particular.A primeira é a “ciência dos princípios imutáveis e gerais da palavra pronunciada ou escrita em todas as línguas” (p. 5). Já a segunda é a “arte de aplicar aos princípios imutáveis e gerais da palavra às instituições arbitrárias e usuais de qualquer língua “. (p. 5)

Continua enfatizando que a gramática geral é, pois, uma ciência, enquanto a particular, uma arte .Divide-a em quatro partes: etimologia, sintaxe, ortografia

e prosódia, ancorado em gramáticas anteriormente editadas. Define o verbo como: “A palavra que serve para afirmar a existência da qualidade da substância, pessoa ou coisa, e por conseguinte, o nexos ou cópula, que une o atributo ao sujeito da proposição, frase, sentença, ou enunciado de juízo. (p. 38)”.

Dialogando com as gramáticas anteriores afirma: “Diz-se também que (verbo) é a palavra por excelência porque dá vida ao discurso, que sem ela não pode existir (p.39) “ e diz, ainda, seguindo Arnauld e Lancelot que a forma primitiva do verbo é SER, que quer dizer ente, dividindo-o em substantivo e atributivo ou adjetivo, conforme sua forma primitiva, como viver que quer dizer ser vivente (p. 39).

Frise-se que, como visto desde a Antiguidade Clássica, nome e verbo são os elementos do discurso. Essa visão começa a mudar com Júlio Ribeiro, com a obra editada em 1881, *Gramática portuguesa*, que inicia, na gramática brasileira, o período denominado científico por Elia (1975), período em que “as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação”, quando “despontam, de maneira mais segura e auspiciosa, as manifestações da direção filológica a qual, daí por diante irá caracterizar os estudos lingüísticos no Brasil” (p. 121).

A gramática mostra a intenção de aplicar às línguas os princípios do evolucionismo biológico que dominava o fim do século. Conceitua gramática, traduzindo Whitney, como a exposição metódica dos fatos da linguagem e afirma que ela não faz leis e regras para a linguagem e seu estudo não tem por principal objeto a correção da linguagem. Porém, diz ainda que as regras do bom uso da linguagem expostas como elas o são nos compêndios facilitam muito tal aprendizagem.

Divide a gramática em lexicologia e sintaxe, variante da divisão em fonologia, morfologia e sintaxe, adotada por Epifânio da Silva Dias. O centro da pesquisa é, na época, a palavra, entendendo-se o porquê da divisão não ser mais em quatro partes; a sintaxe, não sendo mais o “*finis grammaticae*” (*Minerva* de Sánchez), mas parte dela, passa a um lugar de destaque, chegando a ocupar até 50% das obras então publicadas.

Ao discutir os verbos, faz uso de noções tanto sintáticas e semânticas quanto morfológicas, uma vez que os classifica em transitivos e intransitivos, regulares e irregulares, impessoais, defectivos, perifrásticos, freqüentativos, terminativos e pronominais. Importante ressaltar que, embora considerando gramática “exposição metódica dos fatos da linguagem” (p. 1), traz ao final da apresentação dos paradigmas de conjugação dos verbos auxiliares, um subcapítulo intitulado “Conjugação do verbo substantivo ser”, revelando seu apego às proposições da gramática filosófica.

Em 1887, João Ribeiro publica sua *Gramática Portuguesa*, calcada no programa de ensino traçado por Fausto Barreto e largamente adotada no Colégio Pedro II. Define gramática como coordenação das fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida, esclarecendo que tal explicação decorre da observação dos fatos da linguagem e que o objeto da gramática é sempre o grupo de palavras e a regra respectiva (p.3). Percebe-se claramente o papel preceitativo que ele confere à sua obra.

E, amparado nos ditames da gramática filosófica informa que a gramática divide-se em geral e particular, mas também, agora atrelado aos preceitos da corrente cientificista, considera a gramática histórica, a comparativa e a descritiva ou expositiva. Quanto ao verbo afirma ser ele” a palavra pela qual pode uma ação, estado ou qualidade ser atribuída a um ser” (p.29). Leciona também que “existe um verbo único que não tem idéia atributiva, isto é, o atributo vem dele sempre separado e este verbo exprime a existência em absoluto. É o verbo chamado substantivo: ser” (p.31), como o fizer também Júlio Ribeiro, apoiados ambos na *Grammaire* de Port-Royal, mostrando-nos como foi difícil para esses autores desligarem-se completamente da herança logicista.

Conclusão

Ao término do trabalho, confirma-se o que dissemos no início sobre a complexidade do verbo. Seu estudo permitiu-nos chegar a conclusões pertinentes sobre essa categoria no período proposto para o estudo – século XIX no Brasil.

Para Auroux (1989), escrever uma história consiste sempre em homogeneizar o diverso, procurar a unidade na diversidade, lembrando que o olhar do pesquisador é sempre o de hoje no objeto passado e, nesse sentido, deve ficar atento, buscando compreender aquele passado para avaliar como, neste caso, os estudiosos da Língua Portuguesa representaram (CHARTIER, 1990) a classe gramatical “verbo”. Ao final, podemos dizer que as obras publicadas antes da de Júlio Ribeiro foram marcadas exclusivamente pelos pressupostos da gramática antiga. Já a desse autor e a de João Ribeiro, apesar de apresentarem mudanças na exposição do conceito, em alguns momentos da exposição da teoria mostraram seu ainda apego a essa gramática.

Conforme Fávero e Molina (2006, p.195): “... como fruto do conhecimento humano, o saber não é estanque e facilmente delimitado, ou seja, as transformações nessa área não ocorrem abruptamente, mas há os momentos de transição. O século XIX foi, tanto o de surgimento de nossa produção gramatical, quanto o de mudanças ...”.

Podemos assim perceber como esses estudiosos representaram o “verbo”, uma vez que as representações podem ser pensadas como “...esquemas intelectuais que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Referências

- ARNAULD, A. e LANCELOT, C. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris, Republicatio, Paulet. 1969 [1660].
- AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques*. Paris, Pierre Mardaga, T.1, 1989
- _____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Unicamp, 1992
- CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. Rio de Janeiro, *Confluência*, 25/26, 2002.
- CHARTIER, R.A. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.
- CORUJA, A.P. *Compêndio de gramática da língua nacional*. Rio de Janeiro, Tipografia Esperança, 2, 1875.
- ELIA, S. *Ensaio de filologia e lingüística*. São Paulo, Grifo, 1975.
- FÁVERO, L.L. **As concepções linguísticas no século XVIII – a gramática portuguesa**. Campinas, Unicamp, 1996
- _____. *Gramática é a arte...* ORLANDI, E. (org). *História das ideias linguísticas*. Mato Grosso, Unemat, 2001.
- _____. e MOLINA, M.A.G. *As concepções linguísticas no século XIX – a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa, Edições 70, 1969.
- MORAES SILVA, A. *Dicionário da língua portuguesa. Epítome da gramática portuguesa*. Lisboa, tipografia Lacerdina, 2, 1813 [1802].
- NEBRIJA, E. *Gramática castellana*. Madrid Fundación Antonio de Nebrija, 1992, [1492].
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. Brasília, Hucitec, 1987.
- Reis, F.S. *Gramática portuguesa*. São Luís, Tipografia R. d’Almeida. E, 1871.,
- RIBEIRO, J. *Gramática portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 11, 1904 [1887].
- RIBEIRO, J. *Gramática portuguesa*. São Paulo, N.Falco, 7, 1913 [1881].
- ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro, Ao livro técnico. 1983.

- SÁNCHEZ DE LAS BROZAZ, F. *Minerva seu de latinae linguae causis et elegantia*. Madri, Cátedra, 1976 [1587].
- SOARES BARBOSA, J. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Lisboa, Academia Real das Ciências, 6,1875 [1822].
- SWIGGERS, P. Grammaire française et linguistique générale `l`âge classoi-que: le problème du mot. *Bulletin de la Societé de Linguistique de Paris*, LXXXI,1.
- TUSÓN, J. *Aproximación a La historia de La lingüística*. Barcelona, Teide, s.d.
- ZAMORANO AGUILAR, A. *Gramaticografía de los modos del verbo en español*. Córdoba, Universidad de Córdoba, 2001.
-
- El verbo en las gramáticas del español*. México, Universidad Autónoma de México, Anuário de Letras, XL, 2002.

Recebido em 18 de julho de 2015.

Aceito em 19 de setembro de 2015.